

A escrita da notícia e a ordem do mundo

Daisi Irmgard Vogel

Resumo

Os modelos e técnicas de redação de notícias integram estruturas específicas de organização do mundo, que participam ativamente da produção e reprodução dos padrões perceptivos e do espectro ideológico próprios de uma época. A naturalização e perpetuação desses modelos pedem uma verificação crítica, que considere os dizeres não como representações do mundo, mas como ações, produtoras de significado.

Palavras-chave

Comunicação jornalística, dispositivos de discurso, mapas de sentido

Abstract

Newswriting models and techniques incorporate specific world structures that actively participate in the production and replication of ideological patterns of an era. The perpetuation of these models demands a critical exam that looks at news as actions with manufacturing meaning instead of world representations.

Keywords

Journalistic communication, discourse, meaning maps

A habilidade de escrever textos informativos para a publicação diária nos jornais pode ser compreendida como a naturalização de um conjunto de soluções de escrita sedimentado entre os profissionais das redações. Definir a abertura do texto e encadear a seqüência das informações com coesão e coerência, desdobrando a idéia central apresentada no parágrafo inicial a partir de um critério ordenador baseado no interesse e na relevância, em linguagem direta e econômica, se constituem alguns dos critérios básicos dessa habilidade. Pressupõe-se que o jornalista saiba como lidar com as informações, entrevistas e declarações obtidas no processo de apuração, de modo a produzir um texto informativo direto, legível e pertinente com o veículo em que publica.

A reflexão crítica sobre os modelos e as técnicas de redação de notícias tem demonstrado, contudo, que eles não podem ser simplesmente considerados óbvios, neutros e, muito menos, definitivos. Além de originados e desenvolvidos dentro de rotinas e lógicas de trabalho próprias do campo jornalístico, cristalizadas num momento histórico determinado, esses modelos e técnicas também integram estruturas específicas de percepção e organização do mundo, ou seja, participam ativamente da produção e reprodução dos padrões perceptivos e do espectro ideológico de uma época, seus costumes, projetos e propósitos. Por isso, reforça-se a necessidade de problematizar a naturalização que tende a atravessar as práticas discursivas do jornalismo informativo, seus pressupostos e efeitos, com um olhar que ponha em questão inclusive o próprio lugar de onde se olha.

Aqui apresento uma tentativa de recorrer um campo de verificação para o discurs-

“A habilidade de escrever textos jornalísticos pode ser compreendida como a naturalização de soluções de escrita entre os profissionais, (...) contudo, os modelos e técnicas de redação de notícias não podem ser considerados óbvios, neutros e definitivos.”

so da notícia, a partir da crítica da ideologia e do reconhecimento da função ordenadora exercida pelos relatos. Ela se organiza a partir do ponto em que se cruzam a prática como jornalista e a pesquisa sobre a peculiaridade dos gêneros relacionados ao Jornalismo. Dentro de uma trajetória de pesquisa, configura-se como um levantamento das perguntas e dos desconfortos que se fizeram presentes a partir do momento em que me deparei com o desafio de intervir no aprimoramento dos modos de escrita de novos jornalistas, uma experiência que exigiu um processo de reavaliação de meus próprios saberes e das normas sedimentadas de redação de notícias, que aprendi, introjetei e naturalizei na prática da reportagem e da edição de textos noticiosos.

Ocorreu que, durante o processo de intervenção na escrita dos estudantes de Jornalismo, a agilidade para ver os leads, as manchetes, a unidade estrutural das matérias e reportagens se revelou inversa, na medida em que emergia como percepção de evidências, naturalizadas demais. O que entrava em cena era justamente um padrão perceptivo, uma norma de enquadramento na apreensão da realidade, no recorte dos acontecimentos e na sua transformação em notícias. É desse lugar de conflito, onde o saber se confronta com os mecanismos de sua própria história, que se organiza, portanto, este começo de reflexão sobre os limites e desafios do discurso da notícia.

Como pressuposto para interrogar as técnicas de escrita da notícia preponderantes no jornalismo contemporâneo, considero os relatos jornalísticos não como instrumentos unívocos, a serviço de uma finalidade, mas como signos dotados de espessura, com uma complexidade peculiar. Também considero, por extensão, que boa parte

dos requisitos exigidos para a redação da notícia é também requerida, de forma renovada, no texto da reportagem, embora este desfrute, em geral, de uma liberdade maior nos seus regimes redacionais, e que as técnicas e critérios de investigação, apuração e edição se mantêm em sintonia com os critérios de noticiabilidade e reproduzem, em sua própria dinâmica, muitas das noções perceptivas utilizadas no processo de ordenação da escrita.

Minha interrogação se ampara, inicialmente, no mapa da ideologia organizado por Žilavoj Žizek (1996, p. 7-38), para propor uma investigação acerca do discurso da notícia que se oriente não pela perspectiva da crítica ideológica herdada do Iluminismo, mas a partir das contribuições dos teóricos da linguagem e da análise do discurso. Desse modo, a discussão em torno da problemática do texto da notícia não parte de uma noção imanente da ideologia como doutrina, como conjunto de conceitos e idéias que, capaz de convencer acerca de sua veracidade, serve, na verdade, a interesses particulares do poder, e que implica na concepção da comunicação como distorcida ou falseada. Diversos críticos, ao analisarem a pertinência da perspectiva dos teóricos da Escola de Frankfurt, apontaram já para alguns dos limites dessa abordagem, que resulta numa visão intrinsecamente negativa, senão perversa, de todos os bens identificáveis com o conceito de indústria cultural – inclusive a notícia e outras “mercadorias” jornalísticas, fadadas a reproduzir e estimular uma ordem social de dominação e exclusão.

O que se sugere, em alternativa, é que a discussão em torno da estrutura da notícia se organize à luz de uma teoria que considera que “o espaço intersubjetivo concreto da comunicação simbólica é sempre

estruturado por vários dispositivos textuais que não podem ser reduzidos a uma retórica secundária” (Žizek, op. cit., p. 16). Ou seja, uma crítica que considera que é já ideológica a própria idéia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou conjunção com o poder. Encontra-se em Oswald Ducrot e sua teoria da argumentação a idéia de que é impossível traçar uma linha demarcatória clara entre os níveis descritivos e argumentativos da linguagem. Segundo Ducrot, os predicados descritivos são, eles próprios, gestos argumentativos naturalizados, assentados em topoi, lugares-comuns cristalizados no discurso, que “funcionam” apenas quando empregados de maneira automática. A argumentação, para ser bem sucedida, requer que os mecanismos que regulam sua eficiência permaneçam invisíveis (cf. *ibidem*).

Pode-se, a partir desse ponto de vista, perceber como a eficácia da estrutura da notícia, enquanto ato de fala, pode sedimentar e naturalizar, pela própria invisibilidade de seus mecanismos e a “facilidade cognitiva” que se segue, lugares-comuns controversos, no que se refere ao trabalho de elaboração de conhecimento. Pode-se notar, também, que a regra redacional de que a notícia deve excluir, em sua retórica, conceitos que expressam subjetividade, ou seja, que a notícia “não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses” (Lage, 1987, p. 25), explicita uma estratégia de ocultação do argumento. Mesmo quando sustentada na premissa pragmática de descrição da verdade, com uma posição de invisibilidade do sujeito sustentada pela própria retórica do texto, o discurso da notícia argumenta – e aí sua maior eficácia. O que se coloca, nesse caso, é exatamente a impossibilidade de

“...a regra redacional de que a notícia deve excluir conceitos que expressam subjetividade, (...) explicita uma estratégia de ocultação do argumento”

não-argumentar. É um aspecto do texto da notícia que o jornalista e o redator não deveriam de modo algum ignorar, na medida em que ele redobra a sua responsabilidade como construtores de um discurso que se constitui, ele próprio, como dimensão da realidade.

Zizek também apresenta a contribuição de Michel Pêcheux para a crítica da ideologia, com seu trabalho acerca dos mecanismos discursivos que geram a “evidência” do sentido. Conforme o autor,

“...um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência – ‘Olhe, você pode ver por si mesmo como são as coisas!’ ou ‘Deixe os fatos falarem por si’ talvez constituam a arqui-afirmação da ideologia – considerando-se, justamente, que os fatos nunca ‘falamos por si’, mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos.” (op. cit., p.17)

À noção de evidência dos “sentidos” – idéia da objetividade – pode-se associar a igualmente perversa noção de transparência da linguagem, que opera sobre o esvaziamento da natureza tripartida do signo e da possibilidade do encontro puro do objeto com a sua expressão. O que ocorre é que o legado teórico formulado pela Lingüística ao longo do último século, desde o Curso de lingüística geral de Ferdinand de Saussure e Marxismo e filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, nos impede de desconhecer a opacidade da linguagem, de ignorar nela a espessura multiforme das redes de significados, da arena de combate que se estabelece cada vez que se desencadeia uma iniciativa de comunicação. Assim, estruturado como discurso, o jornalismo é também estruturante. Inscreve-se na

rede simbólica, na teia de significado que os seres humanos tecem e dentro da qual vivem, conforme a descreveu Clifford Geertz, e participa vivamente na produção dessa teia de significação. Os noticiários definem, a cada dia, com a acumulação e consonância de suas mensagens, alguns dos mais decisivos padrões perceptivos de conhecimento do mundo.

Algumas leituras propostas em torno da ação do jornalismo, como as de Elisabeth Bird e Robert Dardene (in Traquina, 1993), apontam para a função ordenadora, mitificadora e mesmo tranquilizante desempenhada pelo discurso jornalístico. Na visão desses autores, a notícia oferece um sentido de familiaridade e comodidade, na medida em que apresenta uma ordem verossímil para a desordem do mundo. Ao apresentar explicações imediatas, organizar os acontecimentos em relatos que associam a síntese ao ponto de vista panorâmico e departamentalizar os relatos em “lugares” editoriais relativamente fixos, a notícia fornece referenciais de localização no mundo e opera como um redutor da ansiedade diante do não-saber e da amplitude. Desempenharia, assim, a função tranquilizadora do mito, construindo totalidades significantes a partir de acontecimentos dispersos. Desse modo, estaria dando (ou pelo menos teria as condições para dar) continuidade a uma das atividades mais essenciais da cultura, a narrativa¹.

Itzkah Roeh aborda o tema numa perspectiva que também retoma o significado de elaboração cultural da notícia, inscrevendo-se no contexto da discussão que aqui se apresenta:

“O fenômeno mais impressionante no jornalismo ocidental, tanto na práxis como na teoria, é a fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente.

¹Retome-se, para essa discussão, a análise feita por Walter Benjamin acerca das diferenças entre a narrativa tradicional e o relato jornalístico, em seu ensaio “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, 1993, p. 197-221.

Ou, de outra forma: o erro assenta na recusa dos jornalistas, mas também dos estudantes de jornalismo, em situar a profissão onde esta pertence, isto é, no contexto de expressão humana da atividade expressiva. É a recusa em lidar com a escrita das notícias por aquilo que é a sua essência – contar histórias.” (apud Traquina, 2004, p. 170, grifo do autor)

São pontos de vista que apontam no jornalismo o seu locus de influência no estabelecimento daquelas referências que são essenciais para que as pessoas encontrem seu lugar no mundo, como sujeitos. O que precisa ser então perguntado é até que ponto os projetos e propósitos que impulsionaram a definição das regras discursivas da notícia, durante todo o período moderno e notadamente ao longo do último século, continuam válidos. Ou, formulando de outra forma, se estamos no mundo que eles ajudaram a consolidar, não haveria outro mundo possível? Um começo de resposta pode ser experimentado a partir do entendimento do que Stuart Hall chama de mapas de significado. Ele parte da premissa de que toda sociedade ou cultura tende a impor suas classificações do mundo social, cultural e político, as quais constituem uma ordem cultural dominante, e considera que:

“As diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas dentro dos domínios discursivos hierarquicamente organizados através dos sentidos dominantes ou preferenciais. Acontecimentos novos, polêmicos ou problemáticos que rompem nossas expectativas ou vão contra os “construtos do senso comum”, o conhecimento “dado como certo” das estruturas sociais, devem ser atribuídos ou alocados aos seus respectivos domínios dis-

“Ele [Stuart Hall] parte da premissa de que toda sociedade ou cultura tende a impor suas classificações do mundo social, cultural e político, as quais constituem uma ordem cultural dominante”

cursivos, antes que “façam sentido”. A maneira mais comum de “mapeá-los” é atribuir o novo a algum domínio dos “mapas existentes da realidade social problemática.” (Hall, 2003, p. 396-397.)

O que deve ser enfatizado é que esses mapas não são fechados e que o processo de produção das notícias não consiste na simples atribuição não-problemática de cada informação a sua posição (aparentemente óbvia) dentro do conjunto de códigos pré-arranjados. Pois a competência performativa do relato da notícia, com seus regimes próprios e todas as suas referências pragmáticas, está a todo tempo reforçando um domínio semântico ou preferindo-o em detrimento de outro, incluindo e excluindo elementos dos conjuntos de sentido apropriados.

Pode-se fazer uma analogia entre esse modo de perceber a ordenação do mundo, a partir dos regimes de relato da notícia, com o modo como adequamos nossos trajetos e movimentos dentro de um ambiente conhecido. Se colocamos um móvel novo na sala da casa, precisamos reaprender a nos movimentar dentro dela, especialmente se tentarmos nos deslocar no escuro. Uma vez incorporado às coordenadas, o objeto passa a ser mais uma referência dentro do ambiente, e sua “absorção” nos oferece uma sensação de conforto e tranquilidade, porque ali as coisas estão todas em seu lugar. Será por isso, talvez, que, quando decidimos mudar algo em nossas vidas, começamos por mudar a disposição dos móveis. Se pensarmos a ordenação dos fatos nos mapas de sentido levando em consideração o lay-out integral da edição, com a divisão em editorias, as cartolas, imagens fotográficas, infográficos etc, pode-se visuali-

zar todo um trabalho de mapeamento da realidade, às vezes bastante simplificador. Como afirma Todd Gitlin,

“Os enquadramentos de media são padrões persistentes de cognição, de interpretação e de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal. Os enquadramentos possibilitam aos jornalistas processar, rápida e rotineiramente, grandes quantidades de informação, designá-las por categorias cognitivas e acondicioná-las para uma eficiente transmissão a suas audiências.” (apud Moretzsohn, 2002, p.95)

Destaca-se na leitura de Gitlin a alusão à rotina profissional do jornalismo informativo, que precisa de estruturas medianamente fixas de edição para possibilitar o trabalho rápido no dia-a-dia. É impossível imaginar um jornal que “invente” toda a linguagem de suas páginas de modo renovado a cada dia. Os projetos gráficos, com seus modelos de páginas, definição de tipologias e tamanhos, permitem operacionalizar uma produção que dispõe de apenas algumas horas para acabar seu produto. O que se apresenta então, para o jornalista, é o desafio de atuar em condições de tempo cada vez mais aceleradas, porém atento à configuração de mundo que passa diariamente pelo filtro de sua percepção. Isso exige uma disponibilidade para a experiência de um mundo que, mais do que objeto de saberes tendencialmente objetivos, é lugar de produção de sistemas simbólicos. Exige o entendimento de que os relatos da notícia se colocam dentro de sistemas de coordenadas e que devem se apresentar explicitamente como “transforma-

“O que se apresenta então, para o jornalista, é o desafio de atuar em condições de tempo cada vez mais aceleradas, porém atento à configuração de mundo que passa diariamente pelo filtro de sua

dos”, sem a pretensão de ser “natureza” (cf. Vattimo, 1992, p. 32).

A seu tempo, na busca por um jornalismo que assumisse seu lugar na construção da realidade, Adelmo Genro Filho já propunha uma revisão do esquema da pirâmide invertida. Em sua análise, o lead é importante para a estrutura da informação jornalística porque opera como princípio organizador da singularidade, como “epicentro para a percepção do conjunto”. A pirâmide invertida, porém, se mostra problemática e, para que se alcance uma forma mais efetiva de conhecimento social-histórico do mundo, com a notícia concebida como apreensão crítica da realidade, ele propõe que a pirâmide seja revertida, recolocada com os pés na terra. “Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base” (1989, p. 191).

Mais recentemente, Sylvia Moretzsohn propôs uma revisão crítica da própria noção do papel que o jornalismo desempenha na sociedade, sob a perspectiva de que o papel de “mediador” atribuído à imprensa, associada à idéia de responsabilidade social, não apenas não se realizou como não poderia se realizar nunca, na medida em que disfarça o caráter ideológico que caracteriza todo e qualquer discurso e ignora as condições concretas em que o jornalismo é praticado. “Mediação certamente existe”, afirma Moretzsohn, “e diz respeito à forma como apreendemos o mundo. [...] Por isso mesmo, tal mediação deve ser considerada na complexidade do processo de produção de sentido” (2002, p.57). A proposta de Moretzsohn (2003) é:

“...a ruptura com as definições clássicas de

notícia para tomá-la na complexidade do trabalho jornalístico, vinculando-a vigorosamente a um projeto político de mudança estrutural. Considerando o papel decisivo da mídia na formação de consensos, fica clara a relação desse conceito com a perspectiva de um novo senso comum.”

Na redação jornalística, como em quaisquer experimentações com a linguagem, é sempre um bom ponto de partida reafirmar a importância da escrita qualificada. Sobre o tema, é desafiadora a avaliação feita por Ignácio Ramonet, quando procura defender a necessidade de um jornalismo que procure intervir de modo orientado na Weltanschauung dominante (2003, p. 251.):

“Quando refletimos sobre a comunicação dominante ou sobre a comunicação alternativa, o que as duas têm em comum é o fato de que são comunicação e de que não é possível comunicar-se bem de qualquer maneira: este é o problema. Para comunicar bem, faz falta uma série de técnicas. [...] O fato de acreditar que se tem a verdade e de deixar que isso produza uma soberba tal que induza a pensar que não é necessário comunicar, que a verdade tem que se impor por si só, esse tipo de atitude, que é arrogante e depreciativa com respeito à cidadania, paga-se com a falta de comunicação.”

O jornalismo não pode, por esse viés, abrir mão do texto bem escrito, das edições cuidadas e das apurações bem feitas, qualidades que se colocam como fundamentais para a comunicação. Concomitantemente, a experiência de escrita precisa vir acompanhada pelo exercício de pensar sobre o escrever. Só assim é possível desconfiar das frases, palavras,

“O jornalismo não pode, por esse viés, abrir mão do texto bem escrito, das edições cuidadas e das apurações bem feitas (...) a experiência de escrita precisa vir acompanhada pelo exercício de pensar sobre o escrever.”

expressões e soluções que se impõem com excesso de facilidade. Às vezes, elas vêm prontas, chegam antes que se pare para pensar.

Na trilha da crítica à crítica sobre a televisão proposta por Jesus Martín-Barbero e Germán Rey (2001, p. 23), que procura romper com as queixas que misturam “indignação moral com asco estético” no momento de abordar os desafios culturais colocados pela mídia, parece ser possível estabelecer uma crítica à crítica do texto dos jornais que não esteja fundada nem no cinismo para com uma suposta barbárie da notícia como produto disseminador de padrões escusos, nem numa afirmação funcional e redutora dos modelos estandarizados de escrita. Na contramão dos que, vendo na televisão o reforço da incultura e da estupidez das maiorias, apresentam como única saída a alternativa de desligar os aparelhos, os autores lançam uma proposta política de reflexão e ação que tem a algo a dizer também para a produção do jornalismo impresso.

Uma paráfrase dessa proposta seria: necessidade de formar uma visão crítica que distinga entre (1) informação independente e informação submissa ao poder econômico e político, (2) abordagens que buscam conectar-se com as contradições, dores e esperanças das pessoas e comunidades e abordagens que oferecem evasão e consolo, (3) cópias do que é imperante e trabalhos que fazem experiências com as linguagens, (4) formalismo sedimentado e investigação estética que incorpore a notícia e a reportagem à construção de nossas memórias e à imaginação de nossos futuros (ibidem, p. 27-8).

Está em jogo nessa mudança uma variação importante de pressupostos em relação à própria comunicação. Se tomada como

meio de coleta e transmissão linear e unidirecional de dados, com um papel para o jornalista que tende ao apagamento, a notícia recorre a uma concepção do discurso como produto estabilizado, capaz de transmitir informações de modo neutro e transparente. Por outro lado, se considerada a comunicação como atividade de co-construção de um modelo público de mundo, seu discurso passa a ser concebido enquanto agência. Nesse caso, a busca da relação direta entre as palavras e as coisas, bem como a própria idéia de representação, cedem lugar a dizeres que são frutos da colisão entre as palavras e as coisas, e que são por isso tratados efetivamente como ações (veja-se Mondada, 1997).

Em tal perspectiva, não cabe pressupor que a inventividade crítica possa preterir do domínio pleno da língua e das técnicas mais variadas de redação, inclusive (e por que não haveria de ser?) as contempladas no lead e no modelo da pirâmide invertida. Não há porque não aprender a manipulá-las com destreza, assim como há motivos de sobra para que se exercite outras modalidades e regimes de relato, a princípio conflitantes com o princípio ordenador do jornalismo contemporâneo. É apenas na medida em que se domina as técnicas elementares e as construídas pela tradição que se pode propor rupturas, as quais se estabelecem, necessariamente, no confronto com aquilo que desejam mudar ou superar.

Daisi Irmgard Vogel

A autora é jornalista, professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Literatura pela mesma universidade.

Bibliografia

- AUSTIN, John L. How to do things with words. Oxford University Press, 1962.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V.N.) (trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira.). Marxismo e filosofia da linguagem. 6ª ed, São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. 4ª ed, São Paulo: Summus, 2003.
- BENJAMIN, Walter (trad. Sérgio Paulo Rouanet). Magia e técnica, arte e política. 5ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BUITONI, Dulcilia H. Schroeder. Jornalismo: o tecido e o acontecido. Revista USP, São Paulo, jun.-ago. 1990, p.175-182.
- DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan (trad. Alice Kyoko Miyashiro et al.). Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem. 3ª ed, São Paulo: Perspectiva, 2001.
- DUCROT, Oswald (trad. Eduardo Guimarães et al.). O dizer e o dito. Campinas (SP): Pontes, 1987.
- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- HALL, Stuart (trad. Adelaine La Guardia Resende et al.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 2ª ed, São Paulo: Ática, 1987. (Princípios)
- MONDADA, Lorenza (trad. Mónica G. Zoppi-Fontana). A entrevista como acontecimento interacional. Abordagem lingüística e conversacional. Rua – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, SP: UNICAMP-NUDECRI, v.1, mar. 1997.
- MORETZSOHN, Sylvia. A notícia como clinamen: o jornalismo na perspectiva de um novo senso comum. www.facom.ufbs.br/Pos/gtjornalismo/doc/2003/moretzsohn2003.doc. Acessado em 22 out. 2004.
- _____. Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

- RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis de (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.241-252.
- TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são (v.1). Florianópolis: Insular, 2004.
- VATTIMO, Gianni (trad. Hossein Shooja e Isabel Santos). A sociedade transparente. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- ZIZEK, Slavoj (org.) (trad. Vera Ribeiro). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.